

EXTRA  
INTEGRA

# "O Real devolveu ao brasileiro a confiança"

Esta é a íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na abertura da Conferência Internacional para Integração e Desenvolvimento, em São Paulo.

"Senhor governador de São Paulo, meu companheiro Mário Covas, senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputada Michel Temer, senhores ministros de Estado que nos acompanham, senhores senadores, deputados, altas autoridades, dr. Clésio Andrade, presidente da CNT, senhores empresários, senhores e senhoras,

Eu quero expressar, de início, a satisfação de poder estar aqui, nesta manhã, diante deste auditório tão representativo. E, desde logo, agradecer a iniciativa e as palavras do presidente da CNT, dr. Clésio, que, com generosidade, descreveu os desafios do Brasil e fez referências, mais do que às merecidas pelo presidente da República. Agradeço, do fundo do coração.

Querida, também, lhes dizer que é, para mim, uma satisfação estar aqui, por outros motivos. Não só pela presença maciça de tanta gente que cuida da questão dos transportes, no Brasil. Mas pela presença internacional, que é marcante. E há alguns dos mais ilustres pensadores do mundo contemporâneo. E eu queria expressar a minha satisfação, nomeando apenas uma pessoa, pelas relações de amizade que nos une, com a Argentina, e pelo papel que a senhora Maria Julia Alsogarai tem desempenhado, como ministro do Meio Ambiente, no país irmão. Em nome dela eu saúdo a presença de todos os estrangeiros que nos acompanham.

Tudo isso mostra a importância, a relevância dessa iniciativa da CNT, de discutir as questões que nos desafiam hoje, quanto à integração, desenvolvimento e a nossa entrada no novo mundo.

É praticamente impossível, hoje, falar-se de qualquer tema relevante sem que se faça referência a um processo, cujo conceito ainda é um tanto obscuro, mas que, de alguma maneira, magnetiza as atenções, que é a chamada globalização. É uma palavra cujo significado não se entende inteiramente, ainda, e cujo termo já se está gastando, tanto que ele é repetido.

Mas trata-se de um processo real. E um processo real que não deve ser confundido com uma opção subjetiva. Pouco importa, nessa altura, saber se quer ou não se quer, se seria isso melhor que fosse de outra maneira, ou não. É um processo. É um processo que se está impondo e que tem consequências. Consequências que são variáveis.

Mas qualquer dos temas que nós abordemos — e o do transporte é um deles — imediatamente tem de referir-se a esse processo mais abrangente, porque diz respeito a uma transformação muito profunda nas relações entre os Estados, entre os povos, no modo de produzir, no modo de nos comunicarmos e no modo também, de nós nos deslocarmos, no planeta Terra.

O que, ontem, podia parecer uma força de expressão, que era referente a que se fazia, continuamente, à ideia de uma aldeia global, e que basicamente, nasceu entre os teóricos das comunicações, das revoluções no setor das comunicações, hoje não é, simplesmente, uma imagem, uma metáfora. É um processo que se está desenvolvendo a olhos vistos.

E, nesse processo há alguns pressupostos. Não só o pressuposto mais óbvio, de que nós estamos assistindo a uma nova transformação, no modo de produzir — e já me referi que tem, dentro dele próprio, no seu cerne, o fato de que o modo de comunicação mudou, de que a utilização das técnicas modernas de informática produziram uma revolução, e de comunicação quase instantânea. Tudo, como se diz hoje, em tempo real, e de alguma maneira, dá o marco das nossas ações cotidianas.

Mas, também, além disso, além dessas transformações, no plano da produção, no plano das relações entre os povos, há uma transformação muito grande, porque nós estamos assistindo à distribuição do poder, no mundo, de uma maneira inovadora. Inovadora, por quê? Porque, talvez pela primeira vez na História, nós estamos num cenário internacional que não é dominado pelo conflito político-militar entre blocos antagonistas.

E o jogo internacional se deslocou para a competição econômica e incluiu um número crescente de atores. E, muitas vezes, a despeito da fraqueza político-militar relativa desses atores, na medida em que os atores são capazes de definir caminhos para o futuro, são capazes de se capacitar, do ponto de vista tecnológico e terem a capacidade organizacional de atuar em função dos objetivos que tenham sido definidos, esses atores, muitas vezes, conseguem se ombrear com aqueles que dispõem do poder político-militar.

É uma situação com a qual nós não estamos ainda habituados. Uma situação inovadora, e muito recente, porque o confronto entre os blocos era um conflito basicamente político, ideológico e militar que obscurecia até os processos que já estavam operando e que já estavam, de alguma maneira, interligando as nações e os povos, as formas de produção, mesmo a despeito do conflito político-militar. Quando ele desaparece, ou quando ele desaparece inteiramente, mas quando ele perde a centralidade na cena, se vê com maior clareza a quantidade de transformações pelas quais nós estamos passando.

Há alguns tempos eu me referia a esse novo mundo que emerge, comparando-o com o mundo do Renascimento. Não faltaram pessoas de curto alcance, mas com muita maldade, que imaginavam que eu estava descrevendo um mundo maravilhoso. O Renascimento também não foi um mundo maravilhoso para os que estavam dominados, mas para os que sofreram as consequências das transformações que lá estavam ocorrendo.

O mundo nunca é maravilhoso para todos, mas há uma similitude efetiva entre um grande período de expansão do capitalismo comercial, da eclosão do Renascimento e das Descobertas, naquela altura, que o homem era a medida de todas as coisas, embora não fosse, na ver-

dade, mas como referência passou a ser e é o que está acontecendo hoje em dia. De alguma maneira, naquele momento, sobretudo depois dos grandes descobrimentos e da conquista dos oceanos, o homem teve pela primeira vez a sensação que ele poderia dominar o conjunto do planeta. Ele nem sabia bem, ao deslizar suas naveas da Europa, buscando a Índia, ceram na América. Não se tinha muita certeza de como seria isso, mas não obstante havia uma confiança no ser humano.

Então assistimos ao começo dessa nova fase, quando mandamos o homem à lua, quando também se marchou para o desconhecido. Mas, agora, se marcha para essa integração, aqui no nosso planeta, que faz com que se volte a colocar temas que ultrapassam a fronteira do local, da nação, dos choques entre as nações e se repõe um tema que era renaescentista. Perdoem que, nessa manhã, eu fale de coisas um pouco intelectuais, mas que eram renaescentistas, que era o tema de que, efetivamente, era possível pensar na humanidade, no homem como sujeito de um processo que se estava desenvolvendo.

Aqui, queiramos ou não, os processos com a globalização deixaram de poder ser pensados em termos do limite menor, nesse sentido, do local, porque as consequências das ações de cada um de nós não só têm reflexos mais amplos, como elas, essas próprias ações, são consequências de processos que são mais amplos, são efetivamente a perspectiva da humanidade, que é o que a nasceu e o que a mantém vivo e em movimento. E ao mesmo tempo posterior ao Renascimento, é (...) está de novo oposto. E como eu tenho dito muitas vezes e tive oportunidade de dizer, frente ao autor dessa primeira revolução que foi Gorbachev, quando o primeiro de um dos poderes mundiais, o seu famoso livro, disse que não era mais possível pensar em termos de guerra por causa do terror atômico, e que o terror atômico degradava a natureza, degradava a humanidade, e que não dava para pensar em termos de Estado-nação apenas, nem mesmo sequer da perspectiva de uma classe, como era o caso na visão soviética, mas que havia que recuperar uma questão do meio ambiente, e junto com o meio ambiente de recuperar a ideia de que há processos que são globais, que atingem a humanidade, eles estavam, talvez sem o saber, provocando uma revolução, da qual ele foi talvez a primeira e maior vítima porque no ato seguinte não foi capaz, não foi possível para ele se adaptar à nova circunstância diante do quadro nacional, mas isso não lhe tira o reconhecimento que devemos ter, de que aí se formulou uma fresta nova.

E essa fresta nova, hoje, está sendo tão encheida por um conjunto de atores, e na medida em que nós pensamos em globalização, e os franceses chamam de mundialização (não, falam de globalização), usam a expressão mundialização, na medida em que nós temos que pensar com respeito ao mundo, não é mais possível que a restrição às nossas fronteiras nos impeça de ver o que está ocorrendo e nos obriga, como homens de Estado, e como homens de ação, e vai obrigando e sancionando também — e a universidade por definição já devia ser assim desde o início —, vai nos obrigando a todos a termos uma visão diferente da visão que nós tínhamos anteriormente. Só que esta competição que passa a existir, que é a competição entre economia, continua sendo delimitada, muitas vezes, por fronteiras nacionais, e nesse processo de mundialização que é uma mundialização não só, repito, não só do processo produtivo, mas a própria percepção dos limites da ação e dos condicionantes da ação, ela de toda maneira, do ponto de vista estritamente político, ainda depende de um conjunto de injunções de aparelhos institucionais, que são nacionais e que são estatais. Não existe uma ordem política mundial, existe uma ordem econômica que se mundializa, existem processos sociais que vão longe, os processos de comunicação permitem isso — navega-se pela Internet com a maior tranquilidade —, mas as decisões em nível mundial não se têm ainda a força jurídica — não sei se algum dia terão —, jurídico-institucional, de obrigar com legitimidade. A legitimidade continua sendo uma legitimidade em nível nacional.

Essa dualidade é constitutiva do nosso tempo. E, de qualquer maneira, em qualquer ação que nós pensemos, quaisquer programas que nós tenhamos, para discutirmos o Brasil que nós queremos, nós temos que nos colocar deste ângulo, porque, se nós olharmos para o passado, e não percebermos que o que conta é o futuro, se não formos capazes de projetar uma imagem dinâmica, para que possamos entender as nossas oportunidades do futuro, aí sim, essa globalização, essa mundialização terá significado uma perda efetiva.

E, como todo processo histórico e político é uma aposta, está aberta. Não há, de antemão a certeza de que vai ocorrer aquilo pelo qual nós nos estamos lançando. E essa é a beleza e o risco da política, quando a política é sentida não como um jogo mesquinho, de pequenos interesses, mas como um jogo de grandes desafios, como o que foi patenteado pelo Clésio. Na medida em que entendemos a grande política como um desafio, nós também, temos que inserir nesse entendimento a ideia de que nós nos jogamos por uma decisão, apostamos, e tentamos construir esse caminho.

Esse é o desafio do mundo contemporâneo que, evidentemente, afeta desigualmente os países. Porque, na medida em que existe essa integração, essa integração tem pontos de partida diferentes. Alguns se integram a partir de um patamar tecnológico, cultural, de riqueza, muito maior do que outros.

E nós temos que imprimir velocidade às apostas que estamos fazendo, para que possamos, efetivamente, tirar o proveito que também existe, nessa situação de risco criada pela globalização.

Os que choram pelo risco, deixam de ver as oportunidades. Os que só vêem as

oportunidades, não percebem que também há riscos e que, portanto, é preciso não simplesmente aderir a um processo, como se ele fosse neutro — porque não é neutro. Nós devemos tratar de modificar esse processo, na medida das nossas forças, que são desiguais. Mas, de qualquer maneira, a nós corresponde, historicamente, definir aquilo que nos parece melhor. E — repito — essas definições não são internacionais, são nacionais, porque existe essa diferenciação entre um processo que é de globalização e as forças de legitimidade política, que são nacionais. Então nós temos que, efetivamente, permanentemente, estar atuando, nesses vários planos, para que possamos nos reorganizar.

O mundo de hoje — e isso é uma platitude — é completamente diferente do mundo de há dez anos. Para não falar de mais tempo. E será diferente, daqui a dez anos mais. E a nossa participação nesse mundo de aqui a dez anos vai depender da nossa compreensão desse processo e da nossa capacidade de ação com vontade decidida de avançar, numa direção. E, ao avançar, de construir esse caminho.

Há, portanto, todo um caminho a ser construído. Há toda uma oportunidade que, ao mesmo tempo, está sendo oferecida a nós, como países, aos nossos distintos países — os que estamos aqui — que há este caminho, mas nós temos obrigação de desenhá-lo.

A mim, muitas vezes, me deixa perplexo quando algumas pessoas dizem — aí já me referindo ao Brasil — que o Brasil está sem um projeto. Como sem um projeto? Nós temos um projeto. Só que nas novas circunstâncias. E, nas novas circunstâncias isso é importante, por que justifica porque estamos juntos aqui.

O projeto nacional não é um projeto feito pelo Estado. É o projeto que é feito pela nação, e o projeto que é construído pela sociedade, que não dispensa o Estado, que não pode ser um projeto de mercado. Tem que ser um projeto que não é, nem do Estado nem do mercado, mas que é da sociedade e que, portanto, implica uma costura de forças muito diversas, mas que implica liderança. E essa liderança, queiramos ou não, não está mais hoje limitada à liderança política. Ela é uma liderança que diz respeito, também, às lideranças sociais, do chamado terceiro setor, dos vários setores populares, dos movimentos religiosos. É uma liderança mais difusa.

Mas, ao ser difusa, ela obriga, ao invés de dar — aquilo que dá a impressão de que ela dilui —, ela, ao invés de diluir, a força à necessidade de uma diretriz, ela obriga a uma diretriz.

E o que nós estamos fazendo, no Brasil, nesse momento é, juntos, definirmos essa diretriz. Disse bem o presidente da CNT, O real, no nosso modesto esforço brasileiro, de fazermos o nosso agiormento, o real permitiu que nós olhássemos o horizonte. Ele não vai preencher o espaço do futuro. O espaço do futuro terá que ser preenchido pelo conjunto da sociedade que, a partir de uma economia mais estabilizada, não só começa a perceber o que é preciso mudar, mas começa a se indagar, mudar em que direção? Mudar para quê? Em benefício de quem?

E essa tarefa não é mais — repito — como foi, no passado, estabelecida de uma tarefa de governo de Estado, de ideologia, daqueles que, dominando o Estado, difundiam, e davam o caminho. Agora, o caminho é muito mais complicado de ser traçado, porque ele requer uma presença mais ampla, portanto, mais participativa, mais democrática, mais aberta e, ao mesmo tempo, ele requer, também, que nós não nos percamos, nessa tessitura tão ampla, e que haja alguns talhos de referência.

E fazemos, agora, alusão a um livro de um dos autores que foi convidado para estar aqui. Eles colocam este menos perceptíveis, o roteiro é menos claro. Nós temos que recolocar placas, temos que recolocar roteiros, temos que redescobrir as sendas que nós estamos percorrendo, porque são novas. As antigas eram conhecidas e estavam sinalizadas. As novas, não sendo conhecidas, não podem ser, sequer, sinalizadas. Mas nós temos que começar a sinalizá-las. E isso é o que nós estamos tentando fazer, nesse processo em que deixamos de olhar o passado, apenas. E nós sabemos que estamos numa encruzilhada, sabemos que a globalização é uma realidade, sabemos que existem contingências de mercado. Mas sabemos que o Estado continua sendo importante — e vai continuar sendo importante —, mas sabemos, também, que o mais decisivo vai ser a capacidade que a Nação, como sociedade, possa definir para essa nova etapa.

E, certamente, isso significa que nós vamos ter, sim, que mudar tudo. Mudar o Estado, também; mudar a produção, também, mudar algumas organizações da sociedade, e o modo de interrelacionamento delas. E nós temos, nesse novo mundo de risco e de oportunidades, as vantagens comparativas que um país em desenvolvimento, como o Brasil tinha, no passado, deixam de ser as decisivas. Temos que buscar quais ser as decisivas que nós precisamos.

Uma abundância de recursos naturais, a mão-de-obra barata, tudo isso foi muito minimizado pelas transformações econômicas ocorridas. A capacidade ou não bélica de cada país. Tudo isso foi muito minimizado em função desse novo contingente de desafios que nós temos que enfrentar e, certamente, isso não quer dizer que não tenhamos que prestar atenção a esses recursos já referidos, aos naturais, a nossa capacidade em termos de disponibilidade de mão-de-obra, mas quer dizer que nós temos que adotar muito mais coeficiente tecnológico nas nossas produções, quer dizer que é muito mais importante nos entrarmos na era espacial, na nossa capacidade de fabricarmos tecnologia avançada, nossa capacidade de inserirmos valor, agregar valor à nossa produção, do que simplesmente exportar minério; por exemplo, e nem se fala imaginar que uma exportação de minério tenha valor estratégico (...) valor estratégico tem uma fabricadora de aviões, sobretudo se forem aviões que se modernizam, sendo competitivos no plano internacional. É

uma revolução copernicana.

E muitos, como aconteceu na época de Copérnico também, não iam entender, olham para o passado e choram o presente, sem ver que há um futuro promissor, há condições de nós nos lançarmos a ele. E para nós nos lançarmos a ele temos que ter a compreensão desse processo, temos que ver, temos que qualificar mais, não é a mão-de-obra, é o homem, a mulher, é o povo que tem que ser muito mais qualificado. Não se trata de qualificar mão-de-obra, até porque haverá uma grande mobilidade ocupacional no mundo do futuro e se nós formos qualificar para uma coisa específica, vamos é perder tempo na qualificação e temos, dado esse contingente, me perdoem a alusão outra vez, humanístico do mundo que se abre, nós temos que criar seres humanos com uma formação muito mais ampla e com uma capacidade de adaptação maior do que nunca na História e, portanto, com grau de escolaridade de muito maior, com uma capacidade de reflexão muito maior.

E, ao contrário do que falavam os pessimistas de passado recente, quando imaginaram que o mundo da mídia, que o mundo da telecomunicação, das televisões e tudo isso, seria um mundo que uniformizaria e que, portanto, imprimiria sobre os seres humanos uma placa de vontade autoritária, não é isto que está ocorrendo. Está ocorrendo que, cada vez mais, existe a capacidade do indivíduo, outra vez, sem mencionar (...) quantidade de opções desse novo mundo, sem mencionar caminhos, voltar a pensar até mesmo, de novo em termos renaescentistas, como sendo individual, embora dentro de uma sociedade mais globalizada de uma dinâmica enorme, mas se está dando maior grau de liberdade nas escolhas, nas escolhas dos países, nas escolhas da coletividade e nas escolhas das pessoas à condição em que o horizonte cultural esteja aberto à condição de que ela tenha capacidade de escolher, e para poder escolher, é preciso haver opção, ou melhor oferta, e preciso que haja demanda, é preciso, portanto, que haja formação cultural necessária para que os povos possam se organizar para decidir. E que possam, então, participar. E essa demanda de participação vai ser crescente, e é bom que seja crescente. E ela, num primeiro momento, será tumultuada porque não existem ainda as condições de escolha consistente, que leva um tempo, mas elas estão aumentando.

A massa de informações e o bombardeio de informações pelos quais passa o cidadão não esmagam a condição de ele ter a preparação para fazer, ele próprio, a seleção, porque ele vai cada vez menos aceitar os clichês que lhe são impostos por alguns desses órgãos que têm capacidade de impor clichês, mas existem muitos estudos que mostram já a reação do consumidor, do eleitor, do que seja que não se deixa levar, pura e simplesmente, por uma onda que se cria, ele seleciona, ele separa, ele tem capacidade de discernimento. Portanto, nós não estamos ficando com um horroroso mundo novo, há a condição de nós generalizarmos a educação, há a condição de generalizarmos a capacidade das pessoas se haverem com os desafios tecnológicos do mundo contemporâneo.

Talvez eu tenha até falado já demais a respeito de temas tão genéricos, mas eles são fundamentais. São fundamentais para tudo. São fundamentais para o exercício da cidadania, são fundamentais para a produção da cultura, são fundamentais para a possibilidade de competição econômica, que deixa de ser uma competição meramente cega, e é só no plano da produção, aqui voltando no Brasil, para ver que nós estamos vendo, me perdoem de novo a referência histórica, a um novo *puting out system*. *Putting out system* não era o que aconteceu quando houve a formação das manufaturas no início do capitalismo, em que as fábricas não existiam como produção de tudo, senão que se contratava até mesmo as famílias, produções por partes e depois se juntavam na fábrica. Hoje, na fábrica moderna pode-se fazer caminhões, automóveis de alguma maneira há um *puting out system*, só que ele é localizado num espaço geográfico, se trazem firmas diversas para que elas possam dar uma contribuição na feitura de um só produto e se valoriza a marca de cada um, e às vezes até a marca de cada indivíduo, como começou na Suécia há alguns anos, e agora a (...) Brasil que são assinados pelo responsável pela produção daquele caminhão.

Então, o mundo que nós estamos vivendo, que nós criamos é o oposto do mundo do Carlitos, dos "tempos modernos", em que a máquina dominava o homem e o homem era o apêndice da máquina. Nós estamos assistindo à possibilidade — eu estou falando na fronteira, não estou falando na média —, mas à possibilidade que, outra vez, o homem possa ser decisivo no fator, na produção em qualquer setor. Então, a qualidade, a gestão passa a ser mais importante às vezes, do que o recurso material, o próprio dinheiro ou a própria existência de máquina passa a inverter o que vai decisivo, é a capacidade do homem, do trabalhador, do gerente, do engenheiro do universitário, do professor, do político, do dirigente de sindicato, de quem seja. Esse é o nosso mundo novo, é o nosso desafio. Diante desse mundo novo, nosso desafio, o Brasil, hoje, tem a obrigação de se posicionar de uma maneira muito positiva, muito clara, e muito construtiva.

Não quero, aqui, fazer referências desnecessárias aos esforços que têm sido feitos, mas pense os senhores que são da área de desenvolvimento. Hoje esse mesmo processo de globalização é sensível na área dos transportes. O que ele requer, e aí é curioso, ao mesmo tempo que nós possamos abrir nossos caminhos a (...) para o exterior, e ao mesmo tempo que nós nos integremos mais no interior, porque se não nós não teremos nem como (...) transportar para o exterior. E é o que nós estamos fazendo: Retomada dos portos, só mencionarei três, cujos nomes não são ainda cotidianos no Brasil: Sepetiba, Suares e Pacém, para que nós mesmos esses três a outros tantos que aí existem. É preciso modernizar, a gestão da (...) está sendo feita. Basta ver o que vai acontecer

com o Porto de Santos em pouco tempo e a redução do custo de transporte pelo Porto de Santos para melhor gestão. As dificuldades são imensas, incompreensíveis inúmeras de lado a lado mas, e pouco, vai-se chegando a um modelo que acabará por se impor, por ser mais racional e melhor. E quando digo melhor, tem que ser para todos, não pode ser melhor para um lado só, tem que ser melhor também para os trabalhadores, não pode ser só melhor para os empresários. Porque, se for melhor para um lado só não vai resultar, porque a nossa sociedade é participativa. Ela requer uma consideração ao conjunto e não, apenas, a alguns.

Também, nós olhamos o mapa do Brasil e ficamos todos abismados, porque as nossas saídas são poucas.

Recentemente, eu nunca recebi tantos pedidos, quanto de fazermos pontes, para ligarmos o Brasil com a Argentina; ou o Brasil com o Uruguai. O Brasil e a Argentina não tinham ligação, até porque, na fase anterior, político-militar, a estrada era um perigo, "lá vem a invasão". Nunca veio. Mas, a percepção era de que era melhor uma zona de segurança e zona de segurança é uma terra de ninguém. Hoje, quer-se pontes. Dentro de poucos meses eu devo estar inaugurando, pelo menos, mais uma, lá em São Borja e São Tomé, ligando o Brasil à Argentina.

É só subir qualque dos nossos rios. Suba o Rio Uruguai, para ver as demandas das populações ribeirinhas. Querem mais pontes, querem mais ligação. Em Buenos Aires a ponte ligando, também, Buenos Aires ao Uruguai, para que possamos, então, entrar essa ligação, como uma imensa ligação que estamos duplicando, que vai desde Belo Horizonte. É uma forquilha, sai do Rio Uruguai, outra de Belo Horizonte, estamos duplicando de Belo Horizonte a São Paulo. Rio da Dutra foi concessão de serviços públicos; a BR-116 vai — do Brasil para o Porto de Paran — a antiga "estrada da morte", eu e o governador já estivemos lá, recentemente, dando início às obras. Mais embaixo é a 101, que vai permitir uma ligação melhor de Santa Catarina. E, mais adiante, daqui a pouco, o ministro estará fazendo a licitação para chegarmos até Osório, e depois chegaremos a Jaguarão e de Jaguarão vamos para o Uruguai.

Isso é, ao mesmo tempo em que nós temos que abrir caminhos para fora tem que consolidar os caminhos internos. E, pela primeira vez, o Brasil descobre que tem rios, e que são dezenas de milhares de quilômetros em rios navegáveis. E uma obra relativamente simples, do Rio Madeira, ligou — como eu fui lá ver — Porto Velho, passa por Humaitá, passa (...) para Itacoatiara. Um terminal graneleiro em Porto Velho, outro em Itacoatiara. Redução do custo do transporte da soja de 20%, 30%, 40%, utilizando aquilo que é a nossa maior riqueza, que são os rios. E a navegação far-se-á controlada por satélites e, portanto, à noite também. É preciso derrocar alguns obstáculos que por lá estão. Já está feito, já está a caminho, esse é navegável se incorpora uma via nova.

Abre-se uma estrada que vai de Manaus a Caracas e, quem sabe, a Zona Franca, ao invés de vender mercadorias para nós, exporte, mesmo as suas mercadorias, através do Caribe. Faz-se um pouco de esforço, e o Rio São Francisco passa a ser navegável. Constrói-se um pedacinho de Unai-Parapora e se liga o Centro-Oeste a Vitória. E o porto de Vitória, porto extraordinário, tem outra projeção, e bate-rá os transportes. O Tietê-Paraná, em pouco tempo mais, vamos lá estar terminando, com o governador Mário Covas, a estrada. Faz-se uma ponte, e essa estrada-de-ferro que vai ligar Mato Grosso a São Paulo, a Ferronorte, que vai para o Sul, estará feita. Um pedacinho mais e, lá em cima, a Norte-Sul vai até Estreito, Imperatriz-Extreito.

O Rio Araguaia-Tocantins, com um pouquinho — depende um pouco do Rima — o Relatório de Impacto do Meio Ambiente — com um pouquinho de recurso, sei lá, 50 milhões, 60 milhões de reais, e você tem um eixo que vai do coração do Brasil, sabe, vai até o norte, chega lá, faz a intermodalidade, transporta para o trem, vai para Itaquai sai pelo mar adentro, pelo Maranhão.

Isso vai ser feito, porque tem que ser feito. Porque, se nós não fizermos isso, nós não temos como fazer com o Brasil se integre nesse processo extraordinário de transformação e que, por consequência, passa a ser não só um processo de globalização, no sentido externo, mas de integração no sentido interno.

É as nossas regiões que, antigamente, pareciam as mais remotas passam a ser regiões que estão incorporadas à dimensão do ser brasileiro. Lá, nas planícies, que existem no norte do Mato Grosso e em Rondônia tudo isso passa a ser valorizado, e facilmente agricultável, por essa via do Rio Madeira. O que se vê lá — fantásticos, mas vazios — passa a ser possível, através tanto da estrada para a Venezuela quanto do Porto de Itacoatiara.

Então, dei alguns exemplos, poderia dar muitos outros. E tenho tanto entusiasmo por isso, que eu sei de cor. Mas, só para lhes dar uma ideia de que, efetivamente, nós estamos mudando o Brasil, para que o Brasil possa enfrentar esse grande desafio, com riscos, mas com oportunidades.

E, em vez de maximizar os riscos e chorar as perdas, nós estamos maximizando os ganhos e cantando amanhã, depois de amanhã, quando seja, mas construindo a vitória. E vitória se constrói trabalhando, e se constrói com consciência sabendo o que é possível e o que tem que ser feito. E tem que ser feito.

Um país não se transforma só com obras físicas. E esse novo mundo, que todos conhecemos já, nas suas grandes linhas e que, certamente, não haverá aqui, o famoso "choque das civilizações". Eu conservava, no avião, com o ministro Sardenberg, do Hankentou. Aqui não vamos ter choque de civilização nenhuma, aqui há muito mais homogeneidade civilizatória, não temos fundamentalismo e defasos mais complexos.

generalizarmos a educação. Educação primária, educação secundária, melhoria das universidades, melhoria tecnológica, para que nós, efetivamente possamos melhorar a qualidade de vida, saúde, que depende muito da educação, queda da mortalidade infantil.

Então, não é um projeto nosso, não é meu não, é do Brasil. Não é um projeto simplesmente de obra, não é plano de metas que era necessário na sua época; hoje é plano de país, plano de sociedade, vida melhor para o povo, para ter melhor distribuição de renda — como começa a ter — melhor capacidade de consumo, mas, sobretudo, melhor discernimento. E, portanto, requer todo esse esforço no terreno educacional.

É certo que, para que nós possamos mais segurança, ou melhor, levar adiante essas transformações todas, precisamos continuar reformando. Reforma, no mundo de hoje, não é um momento, nem um ato que o presidente, da República assinie. Não é por falta de vontade política que as coisas não ocorrem, é porque a reforma hoje, é um estado permanente, é um processo que requer a ação conjunta de muitos. O presidente da Câmara está aqui presente. Nunca, que eu me lembre, que eu saiba na história, nenhuma legislatura, tirando as constituintes, mudou tanto como o atual. O marco jurídico institucional do Brasil está mudando. Não apenas me refiro às chamadas reformas constitucionais, à flexibilidade dos monopólios, às reformas já mencionadas da Previdência e Administração que ainda estão em marcha. Mas me refiro a um conjunto de medidas, assim ao acaso, citando algumas: nova lei de telefonia, que está no Senado e será aprovada; nova lei da energia elétrica, que é órgão de energia crítica, que já está aprovada, nova lei do petróleo que estamos a poucas semanas de sua aprovação final no Senado, nova lei das sociedades anônimas; nova lei de diretrizes e base da educação; nova lei de concessão de serviços públicos. Tudo isso é de agora, desses últimos dois anos e meio. A velocidade foi muito maior, historicamente falando. Para quem está na Presidência, para quem está na luta, nós achamos que está devagando, tem que fazer mais, não é possível. Não, tem que ser sentido de urgência. Mas quando a gente se afasta um pouco, do dia-a-dia, e olha com uma perspectiva mais ampla, muita mudança está ocorrendo. O (...) das mudanças institucionais jurídicas, elas não são imediatas, elas fazem se sentir no tempo — far-se-ão sentir no tempo essas mudanças.

Disse, com muita razão, o dr. Clésio, que nós precisamos mudar mais do que simplesmente a administração, precisamos mudar o Estado. Como é que se muda o Estado? Primeiro é um marco jurídico institucional, depois é um processo cultural. No marco jurídico institucional, essas reformas, a algumas das quais me referi, como exemplo, a criação do Anel, da nova agência de energia, da nova agência de petróleo, a nova agência de telefonia, amanhã, quem sabe uma nova agência dos transportes, discussão a ser feita, vai ser uma agência só, só de rodovias, (...) os transportes aquaviários. O que se faz, enfim, com o conjunto de atividades, é uma discussão a ser feita. Mas essas novas agências dão uma nova feição ao Estado. Por quê? Dentro de dois, três, quatro anos, elas terão mais efetividade do que as estruturas burocráticas dos Ministérios. E elas são um espaço público diferente do espaço estatal anterior. No espaço estatal anterior, havia burocracia e, eventualmente, de penetração de interesses privados, ou de setores do próprio Estado que, em conjunto controlavam as decisões.

Aqui, se está propondo uma esfera de decisão que depende, é certo, de o presidente da República designar as pessoas, mas o senador define o mandato e tem regras. E serão regras para dar garantias, a quem entra na burocracia. Não ao investidor e ao consumidor, os quais têm que ter uma ação muito direta de interface com essas agências. Isto é o novo Estado na área de infra-estrutura.

Da mesma maneira na área de serviços sociais, que são fundacionais, nós estamos descentralizando educação, saúde, previdência. Nós estamos tentando criar mecanismos de controle social direto. Se o dinheiro vai para a escola, a professora vai fazer o uso do dinheiro? Tem que haver uma associação de pais e mestres que defina o que se vai fazer com o dinheiro. Mas (...) mandar o dinheiro para a escola, acabou o poder político no que ele tem de mal, não no que ele tem de bem; porque o que ele tem de bem vai acompanhar a decisão, vai acompanhar a política educacional, mas não vai ter que acompanhar a liberação do recurso, porque esse recurso tem que ser liberado de forma automática. E nem vai (...) porque não passa o recurso, porque os recursos devem passar o mais próximo do usuário, à condição do usuário ser capaz de controlar o uso de recurso e, portanto, isso não vai diminuir o poder de fiscalização do Estado, nem da República, nem da União, que tem que ser aumentado. Af não nós estamos mais, nem no caso da infra-estrutura, nem no caso das ações sociais, lidando com o Estado que é, ao mesmo tempo, investidor, controlador e, portanto, envolvido em processos não muito lisos de decisão sobre a destinação dos recursos. Nós estamos criando um Estado que tem que ser muito mais programador, estimulador, reorientador de recursos e indutor de caminhos. Isso leva mais tempo, porque isso implica uma mudança cultural do funcionário, do usuário, do parlamentar, do detentor do poder que tem que se habituar a uma nova estrutura de decisões, às vezes social são mais lentos, os democráticos são mais lentos, mas é outra estrutura.

Então esse novo Estado tem que ser criado — está sendo criado e poder ir mais depressa. Por que eu peço tanta urgência sempre à reforma administrativa, sobretudo? porque é o terceiro elo. Um diz respeito à infra-estrutura. Outro é o que diz respeito aos órgãos de ação social, e o outro é o funcionário propriamente dito — as regras de recrutamento, de estabilidade, de desempenho, as carreiras, os salários que têm que ser revistos porque são